

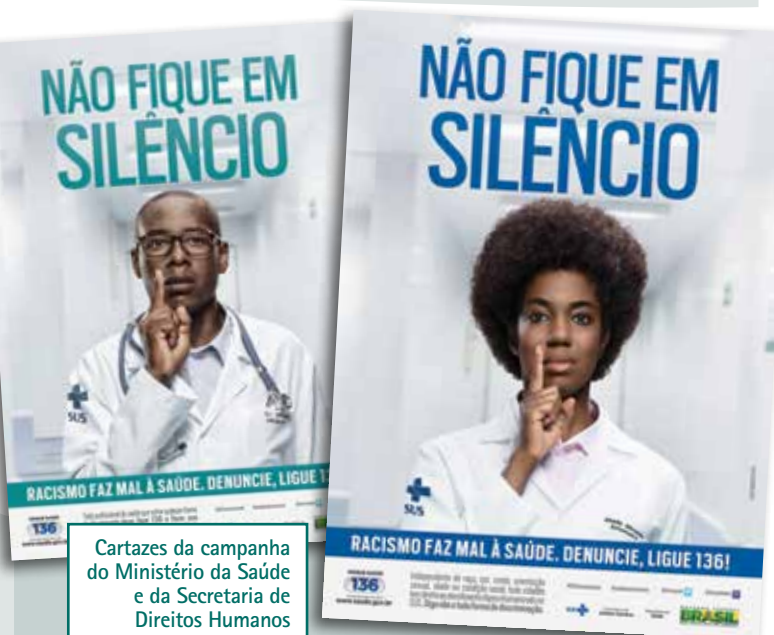
Contra o racismo no SUS

A discriminação racial também se manifesta na saúde. Conscientizar a população a respeito desse fato foi o objetivo do governo federal, por meio do Ministério da Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos, ao lançar uma campanha publicitária que busca envolver usuários e profissionais da rede pública de saúde na luta contra o racismo.

Com o slogan *Racismo faz mal à saúde. Denuncie!*, as peças, veiculadas na TV, no rádio, em meios impressos e nas redes sociais, incentivam as pessoas a não se calarem diante de atos de discriminação no Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio do Disque Saúde (136), é possível denunciar qualquer situação de racismo ou obter informações sobre doenças mais comuns entre a população negra e que exigem maior acompanhamento.

É o caso do diabetes mellitus (tipo II), cuja taxa de mortalidade, a cada 100 mil habitantes, afeta, na população negra, 34,1 habitantes, contra 29,1 em pardos e 22,7 em brancos. A anemia falciforme, doença grave que deve ser diagnosticada precocemente por meio do teste do pezinho, é encontrada em maior escala entre a população negra, com incidência que varia de 6% a 10%, enquanto no conjunto da população oscila de 2% a 6%.

A criação da campanha foi motivada por relatos de discriminação e números que revelam a expressão do racismo no SUS, consequências do contexto social e histórico da população negra no Brasil. Dados do Ministério da Saúde demonstram que uma mulher negra recebe menos tempo de atendimento médico do que uma mulher branca. Enquanto 46,2% das mulheres brancas tiveram acompanhantes no parto, apenas 27% das negras utilizaram esse direito. Além disso, 77,7% das mulheres brancas foram orientadas quanto à importância do aleitamento materno, mas somente 62,5% das mulheres negras receberam essa informação.



Cartazes da campanha do Ministério da Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos

As taxas de mortalidade materna e infantil na população negra são muito acima das registradas entre mulheres e crianças brancas. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde revelam que 60% das mortes maternas ocorrem entre mulheres negras, e 34%, entre as brancas. E, na primeira semana de vida, acontecem, em maioria, entre crianças negras (47% dos casos, contra 36% das brancas).

Além da divulgação da campanha publicitária em todas as mídias, serão distribuídos para a população fôlde-res com números relacionados às mulheres e às crianças negras e informações sobre as doenças mais comuns na população negra.

O Ministério da Saúde iniciou ainda outras duas ações para reforçar o combate ao racismo no SUS. Mais de 2,4 mil profissionais de saúde se inscreveram em um módulo virtual de educação a distância sobre Saúde Integral da População Negra, lançado em outubro de 2014. E, em iniciativa conjunta com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), após publicação de edital, recebeu cerca de cem projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação voltados para a saúde da população negra no Brasil.

Política nacional

O Ministério da Saúde firmou compromisso para a construção da equidade racial em saúde para a população negra ao instituir, pela Portaria 992/2009, a Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra. Sua marca é o “reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais e condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde”. A política é transversal a outras lançadas pelo Ministério, como Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Saúde do Homem.